

# EDUCAÇÃO TRANSFORMADORA EM TEMPOS DE PANDEMIA: O PROGRAMA PENSAR DIREITO - UNITINS/EXTENSÃO

## TRANSFORMATIVE EDUCATION IN TIMES OF PANDEMIC: THE THINK LAW- UNITINS/EXTENSION PROGRAM

Mariana da Silva Neta 1  
Fabian Serejo Santana 2  
Paulo Benincá 3  
Wolfgang Teske 4

Mestra em Letras (PPG-Letras/UFT). Professora na Universidade Estadual do Tocantins (Unitins).  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3429373481642963>.  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6776-023X>.  
E-mail: [mariana.sn@unitins.br](mailto:mariana.sn@unitins.br)

Mestre em Ciências do Ambiente (UFT). Professor na Universidade Estadual do Tocantins (Unitins).  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9873760389006598>.  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8936-987X>.  
E-mail: [fabian.ss@unitins.br](mailto:fabian.ss@unitins.br)

Mestre em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professor na Universidade Estadual do Tocantins (Unitins).  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7954663622045296>.  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2339-9697>.  
E-mail: [paulo.b@unitins.br](mailto:paulo.b@unitins.br)

Doutor em Ciências do Ambiente (UFT). Professor na Universidade Estadual do Tocantins (Unitins).  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2892935321931030>.  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-38795916>.  
E-mail: [wolfgang.t@unitins.br](mailto:wolfgang.t@unitins.br)

**Resumo:** O artigo apresenta o Programa de Extensão "Pensar Direito: conhecimento que transforma vidas", realizado por discentes e docentes do Curso de Direito, Unitins - Campus de Paraíso do Tocantins. A motivação foi a carência de pesquisas de campo na área da conscientização de direitos de idosos, vítimas de violência sexual infantil, violência doméstica contra mulheres, pessoas com deficiência, dependentes químicos e pessoas LGBTI+. Através destas informações verificou-se que a Universidade Estadual do Tocantins - Unitins necessitava de um programa com esta temática, o que resultou na elaboração do referido projeto. Em seguida, procedeu-se a fundamentação teórica na metodologia da Aprendizagem Baseada em Projetos, divisão em seis subprojetos, planejamento das atividades e cronograma de execução. Em decorrência dos efeitos causados pela pandemia do novo Coronavírus, ajustes foram realizados quanto aos procedimentos adotados durante a crise sanitária, tais como entrevistas e reuniões virtuais. Como o projeto foi adotado como um dos Programas de Extensão da Unitins e está em andamento, enfatiza-se neste artigo, o resultado parcial dos seis subprojetos que compõem o programa. Infere-se que o Programa tem o respaldo da instituição para estimular os estudantes do Direito a continuar proporcionando a idosos, crianças, pessoas com deficiência, dependentes químicos e pessoas LGBTI+ a perspectiva de cidadãos conscientes dos seus direitos.

**Palavras-chave:** Direito. Extensão. Conscientização. Educação.

**Abstract:** The article presents the Extension Program "Thinking Law: knowledge that transforms lives" carried out by students and professors of the Law Course, Unitins - Campus do Paraíso do Tocantins. The motivation was the lack of field research in the area of raising awareness of the rights of the elderly, victims of child sexual violence, domestic violence against women, people with disabilities, drug addicts and LGBTI+ people. Linked to this information, it was verified that the State University of Tocantins - Unitins needed a program with this theme, which resulted in the elaboration of the referred project. Then proceeded to the theoretical foundation in the methodology of learning based on Projects, division into six subprojects, activities planning and execution schedule. As a result of the effects caused by the new Coronavirus pandemic, adjustments were made to the procedures adopted during the health crisis, such as interviews and virtual meetings. As the project was adopted as one of the Unitins Extension Programs and is underway, this article emphasizes the partial result of the six subprojects that make up the program. It is inferred that the Program has the support of the institution to encourage law students to continue providing the elderly, children, people with disabilities, drug addicts and LGBTI+ people the perspective of citizens aware of their rights.

**Keywords:** Right. Extension. Awareness. Education.

## Introdução

A pandemia do novo Coronavírus causou impactos relevantes na vida de todos, pois o esforço para superação das adversidades em meio ao distanciamento físico e o isolamento social praticado em resposta a essa nova realidade, desencadeou sentimentos de medo, insegurança e frustração. Neste novo cenário marcado por indefinições, a Universidade Estadual do Tocantins - (Unitins) decidiu se adaptar e se reinventar social e pedagogicamente, a fim de implementar estratégias capazes de vencer os desafios que se instituíam, correlacionando o ensino, a pesquisa e a extensão.

A Unitins possui cinco Campus, dentre dos quais, o recém implantado localizado na cidade de Paraíso do Tocantins - TO, criado por meio da Lei 3.124, de 14 de julho de 2016, cuja instalação foi publicada no Diário Oficial nº 5.538, de 05 de fevereiro de 2020, pela Resolução/Consuni/nº002, de 03 de fevereiro de 2020, e está situado na região do Vale do Araguaia do Estado do Tocantins, formada por 17 municípios.

Com o propósito de beneficiar os municípios que compõem a região de abrangência do Campus de Paraíso/TO, a Resolução/Consuni/nº 003, de 03 de fevereiro de 2020, autoriza a criação e aprova a abertura dos cursos presenciais de graduação em Ciências Contábeis, Direito e Tecnólogo em Agronegócio. Em 2020, a instituição informou possuir 242 acadêmicos matriculados, sendo: Curso de Direito: 100; Curso de Ciências Contábeis: 90 e Curso Tecnólogo em Agronegócio: 52, distribuídos em primeiro, segundo e terceiro períodos.

Havia pouco mais de dois meses que o novo Campus iniciara suas atividades, quando, numa ação preventiva para o enfrentamento da Covid-19 - novo Coronavírus, o Governo do Estado do Tocantins suspendeu, por meio do Decreto Nº 6.065, de 13 de março de 2020, todas as atividades educacionais nas unidades escolares da Rede Estadual de Ensino e na Unitins, alterando o ritmo de trabalho, estudos e da vida em geral. Contudo, partindo do pressuposto de que isolamento social não significa estar sozinho, a Unitins incentivou os acadêmicos a serem protagonistas do seu processo de aprendizagem, com o apoio e orientação do corpo docente.

Nesse cenário emergiu o Projeto de Extensão Pensar Direito, com o objetivo de compreender o nível de consciência dos direitos fundamentais de grupos minoritários e vítimas de discriminação social na cidade de Paraíso do Tocantins. A proposta inicial era de um projeto de extensão, porém, este evoluiu para um Programa de Extensão, com seis subprojetos. Dessa forma, no texto utilizaremos o termo Programa, em decorrência da sua projeção e alcance.

Para a elaboração do projeto foi adotada a metodologia de Aprendizagem Baseada em Projetos e para realização das pesquisas de campo, utilizou-se a História Oral. Sendo assim, o projeto se desenvolverá em quatro fases, a saber: 1ª Fase - Diagnóstico Social; 2ª fase - Vozes dos Sujeitos Sociais; 3ª fase - Ações e Parcerias e a 4ª fase refere-se à Prática Jurídica.

Ante a possibilidade de transformação social, alguns objetivos foram delineados: promover ações eficazes na efetivação dos direitos; intervir socialmente na realidade de algumas minorias; fazer entrevistas e organizar um banco de dados das histórias de vidas dos sujeitos pesquisados; elaborar projetos sociais que promovam a cidadania e autossuficiência dos sujeitos sociais; promover minicursos e oficinas de conscientização dos direitos; produzir estudos científicos a partir da análise dos dados e resultados obtidos e promover eventos envolvendo a sociedade da cidade de Paraíso do Tocantins, visando à conscientização dos direitos dos sujeitos pesquisados.

Diante dessa realidade, questiona-se como o “Programa Pensar Direito: conhecimento que transforma vidas” surgiu e como se qualifica como modelo de educação transformadora, capaz de superar os desafios impostos por uma nova realidade sociopolítico-sanitária, que impõe novas regras de convivência e exige uma resposta de educadores em todos os níveis do ensino?

## Interdisciplinaridade e indissociabilidade fundamenta Ensino, Pesquisa e Extensão

Presente em diversas regiões do estado do Tocantins, a Unitins atua em cinco Campus. O Campus Graciosa situado na capital, Palmas, e, nas cidades de Araguatins, Augustinópolis,

Dianópolis e Paraíso do Tocantins. Por meio dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC), a Unitins preconiza, não só a “unidade do ensino, pesquisa e extensão”, mas também a “interdisciplinaridade como a inserção de métodos de cooperação entre as disciplinas e outras atividades educacionais, visando o combate à fragmentação do conhecimento, bem como a aproximação da universidade com a sociedade em que está inserida” (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO TOCANTINS, 2018, p. 35).

Com a visão de estar presente e acessível aos tocantinenses, um de seus pontos fortes é o incentivo e atuação extensionista, que se fundamenta tanto em seu Estatuto Social como no Projeto de Desenvolvimento Institucional - (PDI), definido claramente por meio de sua missão, *in verbis*, “promover o ensino, a pesquisa e a extensão com qualidade e inovação, a fim de contribuir para a formação profissional e cidadã, priorizando o desenvolvimento social, econômico, cultural, político e sustentável do estado do Tocantins” (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO TOCANTINS, 2018, p. 13).

Ademais, é importante destacar que, dentre seus objetivos, a Universidade se propõe a ofertar a educação superior baseada no princípio da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, consagrado no art. 207 da Constituição Federal, e nas diretrizes nacionais definidas na Lei 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBN). Todavia, destaca-se que, indissociável é aquilo que não pode ser separado em partes e o “conceito de indissociabilidade remete a algo que não existe sem a presença do outro, ou seja, o todo deixa de ser todo quando se dissocia” (TAUCHEM, 2008, p. 93).

Neste sentido, verifica-se que, na implementação das políticas institucionais, as ações da Unitins levam em consideração preceitos democráticos de responsabilidade e de inclusão, voltados à promoção da cidadania.

Estabelecendo-se no princípio da indissociabilidade proposto pela Unitins, o Projeto Pedagógico do Curso de Direito do Campus de Paraíso do Tocantins específica em seus objetivos, a necessidade de “promover interdisciplinaridade como pressuposto fático da formação e da atuação jurídico-política contemporânea, bem como da compreensão da realidade e do fenômeno jurídico para buscar compreender e atuar num mundo concebido de forma integral” (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO TOCANTINS, 2018, p. 37). Concepção que corrobora com o objetivo de interdisciplinaridade proposto por Leffa (2006), ao afirmar que

na etapa da interdisciplinaridade já há uma interação entre as diferentes disciplinas que estudam um determinado objeto. Essa interação pode envolver um intercâmbio de aspectos metodológicos, analíticos, de objetivos e mesmo de concepções de pesquisa. Na metodologia, por exemplo, uma abordagem baseada numa amostra aleatória de sujeitos pode ser cruzada com um estudo de caso; na análise dos dados, uma visão estatística pode ser enriquecida com uma visão interpretativista; o objetivo pode ser não apenas descrever, mas também modificar a realidade; a concepção de pesquisa pode reunir o presumidamente neutro com o assumidamente subjetivo. Quanto maior o intercâmbio entre esses diferentes aspectos, maior será o grau de interdisciplinaridade (LEFFA, 2006, p. 41, 42).

Verifica-se, portanto, que o principal objetivo é propiciar aos acadêmicos a inserção e o comprometimento com as demandas locais e regionais, promovendo a melhoria da qualidade de vida em prol da coletividade. Nessa perspectiva, o Programa de Extensão “Pensar Direito: conhecimento que transforma vidas”, ao contar com apoio institucional da Direção do Campus e da Coordenação do Curso de Direito, atinge o propósito de envolver os acadêmicos na busca de soluções viáveis para problemas que afetam grupos vulneráveis/minorias excluídas da comunidade local.

Depois de tramitar em todas as instâncias da Unitins, o Programa Pensar Direito foi devidamente institucionalizado, mediante aprovação da Câmara de Extensão/Unitins Nº77/2020, no dia 11 e dezembro de 2020, e, mesmo com todas as dificuldades impostas pela pandemia,

está em andamento com ações integralizadas.

### **Questão desafiadora: a conscientização para a transformação socioeducacional**

A ideia do Programa Pensar Direito surgiu a partir das pesquisas de campo desenvolvidas no Reassentamento Córrego do Prata, como parte do trabalho de dissertação que investigou a formação da consciência jurídica em populações atingidas por barragens (SANTANA; SANTOS, 2020). O resultado foi a publicação do livro *Pense direito: atores e sujeitos na formação da consciência jurídica* (SANTANA, 2016). Esta pesquisa motivou o exercício da prática com grupos minoritários com o intuito de despertar a consciência de direitos.

Embora a ideia principal estivesse definida, foi a partir da nova realidade imposta pela pandemia da Covid-19, no ano de 2020, que, em face da nova realidade imposta, o Programa foi estruturado e reconfigurado. O ponto de partida deu-se por ocasião da Jornada de Imersão Pedagógica realizada pela Unitins em março de 2020 com o tema: “Ensino Híbrido e as Metodologias Ativas de Aprendizagem”.

O contato com novas ferramentas, metodologias de abordagens dos conteúdos e práticas pedagógicas levantaram uma questão problema: os acadêmicos não podiam ser meros espectadores, mas protagonistas na criação e elaboração da proposta básica do Programa, afinal, nesse contexto com acadêmicos “usuários contínuos das TDICs na vida social, faz-se necessário que o professor inove, ouse e oportunize o contato com as metodologias ativas, que estimulam a aprendizagem de forma autônoma e participativa, utilizando objetos de conhecimento de maneira atrativa e interativa” (SILVA NETA; CAPUCHINHO, 2020, p. 250).

Era necessário que os estudantes se envolvessem em todo o processo, identificando o problema, apropriando-se do objeto, da abordagem teórica até compreenderem todo o Programa visando um comprometimento coletivo em busca de soluções viáveis.

Partindo desse pressuposto, optou-se pela metodologia de Aprendizagem Baseada em Projetos - ABP, uma estratégia educacional focada em projetos autênticos e realistas, baseados em uma questão, tarefa ou problema, que envolve os alunos no processo de reflexão profunda sobre os conteúdos, ajudando-os a desenvolver habilidades essenciais ao pensamento crítico (BENDER, 2014). Por ser uma abordagem muito prática, a ABP prepara o aluno para o mundo fora da sala de aula, gerando profissionais capazes de lidar com os problemas que afligem a sociedade. Neste sentido, pretendia-se gerar uma aprendizagem motivadora, que instigasse os acadêmicos a fazerem grandes perguntas para pensar mais profundamente sobre um assunto e resolver problemas complexos.

O primeiro desafio foi a formação das equipes, pois era fundamental criar uma estratégia que evitasse a formação de grupos baseados apenas no critério de afinidade e que possibilitasse a maior interação dos acadêmicos. Uma vez que as aulas aconteciam na modalidade remota, era imprescindível uma ferramenta que possibilitasse esse tipo de interação. Dessa forma, optou-se pela ferramenta Jamboard, desenvolvida pelo Google, que possibilita os acadêmicos interagirem e se identificarem de diversas formas, através do compartilhamento de ideias em textos, imagens, etiquetas adesivas, dentre outras possibilidades.

Após a etapa de formação das equipes, os acadêmicos foram convidados a assistir um vídeo produzido pelo professor, disponibilizado na plataforma do YouTube, que mostrava a realidade social brasileira, na qual pessoas são vítimas de violência, discriminação e preconceitos. As cenas foram escolhidas a partir de recortes de documentários jornalísticos e dados estatísticos que espelhavam a face vergonhosa do nosso país, no qual, crianças são violentadas por quem deveria lhes proteger, mulheres são espancadas e mortas por seus companheiros, pessoas são discriminadas e violentadas em razão da opção sexual ou identidade de gênero, velhos e pessoas com deficiências não têm seus direitos respeitados e jovens e adolescentes vivem aprisionados pelas drogas.

As imagens foram acompanhadas por dados estatísticos que revelavam a realidade desses grupos minoritários no Brasil. De acordo com os levantamentos produzidos por estudos de organizações da sociedade civil e dados governamentais, estimou-se que a exploração sexual

atinge cerca 500 mil crianças e adolescentes por ano (O Globo, 08/09/2019), número que coloca o Brasil em segundo lugar entre os países com mais casos, atrás apenas da Tailândia, no Sudeste Asiático. Entretanto, a escassez de dados oficiais não permitiu dimensionar de forma precisa a extensão do problema, dessa forma, estimou-se que diariamente 1.369 crianças são vítimas de exploração sexual.

Além da exploração sexual infantil pelas rodovias federais do Brasil, há também inúmeros pontos de prostituição de mulheres, homossexuais e transsexuais. Atrelados ao comércio sexual, vem também o aumento da violência de gênero e o tráfico de drogas. Neste aspecto, a cidade de Paraíso do Tocantins se insere em razão de sua localização estratégica às margens da BR 153 - Rodovia Belém-Brasília, distante 63 km da Capital Palmas - TO e cerca de 40 km do pátio multimodal da Ferrovia Norte-Sul. Esses fatores contribuem para caracterizar o grande potencial logístico do município, que conta com uma população de 51.891 pessoas (IBGE, 2020) e grande fluxo de pessoas devido ao crescimento econômico da região.

Neste sentido, a proposta do projeto vislumbra as condições de crianças, mulheres, homossexuais, velhos, dependentes químicos, e outros grupos vulneráveis à violência, que são desrespeitados em relação aos direitos fundamentais garantidos pela Constituição Federal. A maioria dessas pessoas não conhece seus direitos e os órgãos governamentais, mal aparelhados e muitas vezes sucateados, não dão conta de atender à grande demanda de casos.

Entretanto, somente um vídeo com imagens impactantes e dados estatísticos não seriam suficientes para despertar o interesse dos estudantes, uma vez que essas cenas aparecem quase diariamente no cotidiano do brasileiro e com o passar do tempo as pessoas tendem a se acostumar com esta realidade, como se fizesse parte de uma paisagem. Partindo dessa lógica, era preciso instigar os acadêmicos por meio de uma pergunta que os fizesse refletir e se inserir como parte do problema, era preciso levá-los a compreender que tinham o potencial para desenvolver ações capazes de mudar essa realidade. Nessa perspectiva, a metodologia da ABP propõe a elaboração de uma questão desafiadora como forma de motivar o engajamento dos estudantes:

Quase todas as descrições de ABP sugerem que os professores, trabalhando em colaboração com os alunos, desenvolvam uma questão orientadora e altamente motivadora com a qual os alunos irão se identificar. Às vezes, essa questão é referida como sendo a “questão motriz” para a experiência de ABP. Na aprendizagem baseada em projetos, os alunos recebem ou desenvolvem uma tarefa desafiadora e complexa (...). Na maior parte dos projetos, essa questão motriz não terá uma solução simples e é possível que várias soluções aceitáveis sejam geradas pelos diferentes grupos que estão trabalhando no projeto (BENDER, 2014, p. 23, 24)

Além de uma questão desafiadora, Bender (idem, p. 24) sugere que seja fornecido um elemento que funcione como uma âncora, que indica a importância da questão motriz. Em nosso caso, utilizamos o vídeo, e ao final, propusemos aos acadêmicos do 2º período de Direito da Unitins - Paraíso, o seguinte questionamento: como os acadêmicos do curso de Direito da Unitins podem participar na formação da consciência de direitos dos grupos minoritários e discriminados na cidade de Paraíso do Tocantins?

Ao propor essa reflexão, o professor reconfigura a sua prática docente, atuando como orientador e facilitador do processo, posiciona o acadêmico como protagonista do seu aprendizado e possibilita um ambiente propício para a resolução de problemas sociais:

“estimular, inspirar, criar ou orientar ideias, ações concretas e colaborativas em torno das realizações dos alunos. Para tanto, deve fazer uso de ambientes de colaboração, capacitações, gameficações e realização de eventos, que possam orientar projetos, empresas, pesquisas, inovações, incubações, etc” (SCHAEFER; MINELLO, 2016, p. 69).

Os acadêmicos, engajados, formaram equipes e propuseram a criação de seis subprojetos permanentes, de caráter inter, trans e multidisciplinar, com o objetivo de aplicar os conhecimentos jurídicos, gerar conscientização de direitos e promover formas da efetivação desses direitos, especificamente no contexto social onde há flagrante desrespeito aos direitos e garantias fundamentais, consolidados na Constituição Federal: 1) Pessoas com deficiência; 2) Dependentes químicos; 3) Pessoas idosas; 4) Violência doméstica contra mulher; 5) Violência sexual infantil; 6) Grupo LGBTI+<sup>1</sup>.

Para a consecução dos objetivos e institucionalização do Programa, os acadêmicos foram orientados a fazer a revisão da literatura sobre os conhecimentos básicos em Direitos Humanos, Direito Civil, Direito Constitucional e Direito do Trabalho. A opção metodológica para aplicação das entrevistas foi a História Oral, que permite o acesso às informações ou pistas sobre aspectos de difícil apreensão por outros caminhos investigativos, tais como, conversas sobre as experiências pessoais e impressões particulares sobre aquilo que se quer investigar (ALBERTI, 2004).

A implantação do Programa foi dividida em quatro etapas: 1ª) Diagnóstico Social: os acadêmicos realizaram pesquisa bibliográfica e documental para identificar a realidade social dos grupos pesquisados na cidade de Paraíso do Tocantins; 2ª) Vozes dos Sujeitos Sociais: aplicação de pesquisas para compreender os reais problemas sob a perspectiva dos sujeitos sociais que serão alcançados e elaboração de propostas e soluções efetivas; 3ª) Ações e Parcerias: definição das ações mais eficazes para atender as necessidades de estabelecimento de parcerias com os setores públicos e privados, visando maior engajamento da sociedade na solução dos problemas; 4ª) Prática Jurídica: com a implantação de um escritório modelo, os acadêmicos terão base jurídica mais consolidada para oferecer soluções jurídicas para conflitos e garantia de direitos aos sujeitos integrantes do público-alvo de cada subprojeto.

Na primeira fase (2020.2 a 2021.1) os acadêmicos participaram de reuniões periódicas, que ocorreram de forma remota, para orientação na elaboração de cada subprojeto. Para realização do planejamento, aprenderam a utilizar o Canvas, um método de planejamento simples e didático de apresentação desenvolvido na metodologia de ABP.

Como requisito da disciplina, os grupos apresentaram os subprojetos para uma banca interdisciplinar composta por seis professores, entre os quais, um sociólogo, um historiador, dois pedagogos, um linguista e um advogado, que avaliaram e fizeram sugestões de melhoramento. Essa etapa foi especialmente desafiadora para eles, pois seriam pela primeira vez avaliados por uma banca. Tal opção revelou-se muito positiva, pois a partir das considerações dos avaliadores foi possível perceber aspectos dos projetos sob diversas perspectivas, tendo em vista a composição interdisciplinar da banca.

Finalizada a fase de planejamento, o Programa foi submetido e aprovado pela Câmara de Extensão da PROEX e os subprojetos foram implantados a partir do 1º semestre de 2021, com no máximo 10 acadêmicos em cada subprojeto, sob a coordenação dos docentes que passaram a integrar o Programa.

Em todos os âmbitos o projeto é singular. No campo da pesquisa, o Programa revela grande potencial a partir da geração de um banco de dados que servirá de base para a produção de artigos científicos em revistas qualificadas, utilizando a pesquisa de campo e a pesquisa bibliográfica, como também todas as informações e experiências relatadas.

### **Imergindo na realidade social: pesquisa de campo**

O Programa de Extensão “Pensar Direito: conhecimento que transforma vidas” passou por algumas adaptações em decorrência da pandemia do novo Coronavírus, no entanto, cada etapa possui o seu significado e importância. Um dos momentos mais marcantes para os acadêmicos que integram os grupos foi a apresentação dos resultados parciais, em forma de relatório, para cumprimento da primeira etapa do Programa.

<sup>1</sup> Segundo a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT), LGBTI+ representa lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transgêneros, transexuais e intersexuais e outros grupos de gênero e sexualidade.

O tema “Mulheres vítimas de violência doméstica” precisa de uma abordagem humanística, com olhar sobre as diferentes nuances, atentando-se ao cuidado e zelo necessário para com as vítimas, afinal, mulheres em situação de violência já estão fragilizadas, com medo e às vezes vêm passando por um longo processo de abusos e violência.

Dessa forma, o grupo realizou pesquisa e, no relatório fez a contextualização do Programa, seguida da problematização sob a ótica sociocultural, fundamentada em dados estatísticos do Brasil, Tocantins e, em especial, do município de Paraíso do Tocantins. Na ocasião da socialização do relatório, evidenciaram dados do Monitor da Violência, uma parceria do G1 com o Núcleo de Estudos da Violência da USP e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Em seguida, foram apresentados os dados sobre os diversos tipos de violência contra as mulheres ocorridas no estado do Tocantins. A Lei nº. 11.340/2006, Lei Maria da Penha, define cinco formas de violência doméstica: psicológica, física, sexual, patrimonial e moral. Utilizando dados colhidos pela Defensoria Pública e Secretaria de Segurança Pública do Estado, no período de janeiro de 2018 a março de 2019, verificou-se que cerca de 30 mil mulheres foram vítimas de violência doméstica no Tocantins.

Em outra comparação, baseada nos dados do Sistema de Transmissão Eletrônica de Atos Processuais da Justiça Estadual (E-proc), do ano de 2020, comparados aos mesmos meses de 2019, houve redução de 14% de registros de ocorrências de violência doméstica. Logo, deduz-se que houve subnotificação desse tipo de violência, principalmente em virtude do período de pandemia em que as pessoas ficaram em isolamento social. As pesquisas registraram o aumento desse tipo de violência.

O grupo também revelou a dificuldade em coletar dados concretos sobre a violência doméstica no município de Paraíso do Tocantins, não logrando êxito junto às polícias civil e militar, que negaram o acesso às informações, alegando o sigilo nessas questões, apesar de se tratar de um trabalho acadêmico de pesquisa de caráter científico.

O segundo grupo, responsável pelo tema “Dependentes Químicos”, partiu da concepção de que a dependência é concebida por meio da relação que uma pessoa tem com as drogas e também na forma como ela ingere um determinado tipo de substância. Considerando que a pessoa pode desempenhar comportamentos impulsivos a fim de aliviar sensações e frustrações em sua vida, tornando-se um dependente químico.

O grupo utilizou dados de uma pesquisa realizada em 11 comunidades no estado do Tocantins, feita pela Secretaria de Estado da Cidadania e Justiça (SECIJU), por meio da Diretoria de Direitos Humanos e Gerência de Ações Sobre Drogas. Os dados apontavam como perfil de pessoas que consomem drogas: faixa etária entre 26 e 35 anos, ensino fundamental incompleto, possuem baixa ou nenhuma renda. O crack é a droga mais comum consumida por este grupo.

Ainda segundo essa pesquisa, a idade em que os dependentes iniciaram o consumo de entorpecentes foi entre 14 e 18 anos de idade, começando com o consumo de álcool, evoluindo para a maconha e, infelizmente, chegando até o crack. Em alguns casos, houve registro de familiares que utilizavam drogas e o contato inicial foi dessa forma. Relativamente à busca de tratamento, 95% dos dependentes afirmaram que foi por iniciativa própria.

Foi constatado que, no município de Paraíso do Tocantins, atuam tanto instituições públicas, como o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), com 45 pacientes cadastrados, e do terceiro setor existe a Associação Jovens de Valor, com 10 internos. Ambas realizam programas sociais visando o auxílio e reabilitação do grupo de vulnerabilidade em questão e esclareceram que devido à pandemia, o número de atendimentos diminuiu significativamente.

Outro tema pesquisado foi a violência sexual infantil, que pode ser definida como “qualquer conduta que constranja a criança ou o adolescente a praticar ou presenciar atos sexuais ou que exponha seu corpo em foto ou vídeo” (PELISOLI, 2020, p. 8).

O terceiro grupo, que pesquisou sobre “Violência Sexual Infantil” informou que no Estado do Tocantins, segundo o Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), no ano de 2019, foram notificados 1.492 casos de violência contra crianças e adolescentes. Desses, 466 correspondem à violência sexual. Pela análise do grupo constatou-se que a Violência Sexual Infantil é, além de um problema social-psicológico, um grave problema de saúde pública que

precisa ser observado, denunciado e necessita urgentemente de políticas públicas efetivas. Faz-se necessário destacar que, infelizmente, ainda há na sociedade pessoas que desconhecem ou até mesmo subestimam a importância de se combater este mal que ronda a vida de muitas crianças.

O quarto grupo enfatizou o tema “Pessoas com Deficiência” numa revisão bibliográfica considerando que

pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, 2011, p. 26) “

No que se refere ao município de Paraíso do Tocantins, segundo dados do Censo coletados em 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 14.321 pessoas declararam possuir algum tipo de deficiência. Vale destacar que o grupo teve muita dificuldade em reunir dados atuais sobre as pessoas com deficiência no município, o que reforça a importância do Programa Pensar Direito, que poderá realizar um trabalho de sensibilização e conscientização, além do apoio e parcerias a fim de atender às necessidades de orientação desse grupo.

O quinto grupo realizou a pesquisa sobre o tema LGBTI+ e encontrou dificuldades relativas ao acesso às informações, destacando que os dados locais de Paraíso do Tocantins foram solicitados junto à Polícia Civil e que não obtiveram êxito, porque houve indeferimento por parte dos responsáveis pelo órgão. Diante desta negativa, eles fizeram contato informal com pessoas que se identificam como LGBTI+ e puderam constatar a existência da prática de violência, o que os motivou a dar continuidade na execução do trabalho, na segunda fase da pesquisa. Este momento foi para identificar a existência ou não de violência e foi possível constatar que o Programa “Pensar Direito: conhecimento que transforma vidas” pode contribuir significativamente com a sociedade de Paraíso do Tocantins.

Outro grupo representado no Programa foi o dos idosos, ou velhos, referenciado por meio do Estatuto do Idoso (Lei 10.741/2003) cujo objetivo é garantir os direitos à pessoa idosa, com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos.

O grupo pesquisador dessa temática apresentou a pirâmide etária de acordo com dados do IBGE, indicando que a população velha de Paraíso é composta da seguinte faixa etária: pessoas entre 60 a 94 anos representam 7, 15 % da população. Ou seja, a cidade de Paraíso do Tocantins tem cerca de 3.700 pessoas velhas com idade entre 60 e 94 anos. Segundo a Secretaria Municipal de Assistência Social, o governo municipal desenvolve programas de assistência ao idoso por meio do Centro de Referência e Assistência Social – CRAS, que possui duas unidades, uma está localizada na região/Setor Oeste e a outra na região/Setor Sul da cidade.

O programa de atendimento e assistência à pessoa idosa é denominado de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, quem coordena é o Grupo Vida Feliz, que por sua vez atende 19 velhos no CRAS do Setor Oeste, e Projeto União dos Velhos Amigos – Projeto UVA, que atende 125 velhos no CRAS Pouso Alegre. Estatisticamente, a população idosa de Paraíso do Tocantins assistida pelos programas sociais corresponde a 3, 88% dos velhos com idade entre 60 e 94 anos.

## Considerações

O contexto de isolamento social, restrições de circulação e aulas remotas em virtude da pandemia do novo Coronavírus trouxe grandes desafios para a realização desse estudo científico, provocando-nos a reestruturar o formato da pesquisa e desafiando a considerar as oportunidades, os possíveis cenários e adequar o planejamento inicial a fim de dar continuidade ao que fora proposto.

Deste modo, no decorrer do ano de 2021, as ações do Programa Pensar Direito: conhecimento que transforma vidas foram passando por algumas adaptações. A princípio, foram efetuadas reuniões para reconsiderar o andamento do Programa e dos subprojetos, investigar



sobre parcerias e a viabilidade de serviços técnicos. Doravante esse momento, e simultâneo às reuniões docentes, cada professor responsável deu continuidade com as atividades em seus subgrupos, para deliberações específicas, elaboração dos instrumentos de coleta de dados, pesquisas sobre as temáticas e direcionamento das ações posteriores.

Em vista disso, analisando o plano de execução e considerando a emergência no estado do Tocantins ocasionada pela pandemia, o desenvolvimento do Programa Pensar Direito está no início da 2ª fase, em que se pretende ouvir as vozes dos sujeitos sociais. Assim sendo, neste período, os instrumentos de coleta de dados estão sendo construídos e estruturados. Tão logo, possibilitarão a aplicação de entrevistas com roteiros semiestruturados, a fim de captar/ouvir as histórias de vida dos sujeitos pesquisados, que servirá como fonte primária para estudos e pesquisas posteriores.

Observamos que, por meio da análise e reflexões sobre os dados coletados referentes a esses subgrupos específicos, o programa “Pensar Direito: conhecimento que transforma vidas” iniciou uma nova etapa de conscientização para a população de Paraíso do Tocantins e representa a real função da extensão universitária, ampliar as perspectivas da comunidade sobre ela mesma e achar soluções plausíveis.

Por meio dos seus subprojetos, possibilita aos jovens acadêmicos o desenvolvimento não somente do aspecto profissional, mas também pessoal, pois as atividades de extensão favorecem o crescimento individual a fim de que ele identifique melhor o seu papel e a sua importância dentro da sociedade. A extensão está além dos muros da Universidade, é a formação acadêmica indissociável do ensino e da pesquisa, é interação universidade e sociedade.

## Referências

ALBERTI, Verena. **Ouvir contar**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

BENDER, William N. **Aprendizagem baseada em Projetos**: educação diferenciada para o século XXI. Porto Alegre: Penso, 2014.

BRASIL. **Estatuto do idoso**: lei federal nº 10.741, de 01 de outubro de 2003. Brasília, DF: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2004.

CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: **decreto legislativo nº 186, de 09 de julho de 2008: decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009**. - 4. ed., rev. e atual. – Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2011. Acesso em: 16 dez. 2021.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – **IBGE IBGE, 2020**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/to/paraíso-do-tocantins.html>. Acesso em: 20 mai. 2021.

LEFFA, V. J. . **Transdisciplinaridade no ensino de línguas**: a perspectiva das Teorias da Complexidade. Revista Brasileira de Linguística Aplicada, v. 6, n. 1, p. 27-49, 2006.

PELISOLI, Cátula da Luz. **Proteção de Crianças e Adolescentes**: Uma cartilha para adultos / 2ª Edição / Cátula da Luz Pelisoli / Revisão técnica Carlos Aznar Blefari - Passo Fundo: Canal Pro-teja, 2020.

SANTANA, Fabian Serejo; SANTOS, Jocyléia Santana dos. Reasignación de lugar: reassentados del Córrego do Prata, Brasil, Tocantins. **Revista Cambios y Permanencias**. Vol., Núm. 2, pp. 1395-1415 – ISSN 2027-5528. Disponível em: <https://revistas.uis.edu.co/index.php/revistacyp/article/view/11757>. Acesso em: 20 mai. 2021.

SANTANA, Fabian Serejo. **Pense Direito**: sujeitos e atores na formação da consciência jurídica. 1, ed. Curitiba, Appris, 2016.

SCHAEFER, Ricardo; MINELLO, Italo. **Educação empreendedora**: premissas, objetivos e metodologias. Revista Pensamento Contemporâneo em Administração, vol. 10, n. 3 julho-setembro, 2016, pp. 60 – 81, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, Brasil.

SILVA NETA, M.; CAPUCHINHO, A. C. Ensino híbrido em evidência: análise e reflexões sobre aula de linguagens no modelo de rotação por estações de aprendizagem. In: **Tecnologias digitais e metodologias ativas em contextos diversos**. Organizado por Marcus de Souza Araújo. São Paulo: Intercom, 2020.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO TOCANTINS. Plano **de Desenvolvimento Institucional-PDI-2018-2022**/Universidade Estadual do Tocantins - Palmas: Unitins, 2018. Disponível em: <https://www.unitins.br/cms/Midia/Arquivos/PEN5TAV79ZZJ0CWGNWCMZUIUNKFTEHT3BF-P4LCIUY.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2021.

TAUCHEM, Gionara. **O princípio da indissociabilidade universitária**: um olhar transdisciplinar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão / Gionara Tauchen. 146 f. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2009. Disponível em: <http://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/3624/1/418585.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2021.

Recebido em 15 de setembro de 2021.  
Aceito em 08 de novembro de 2021.